

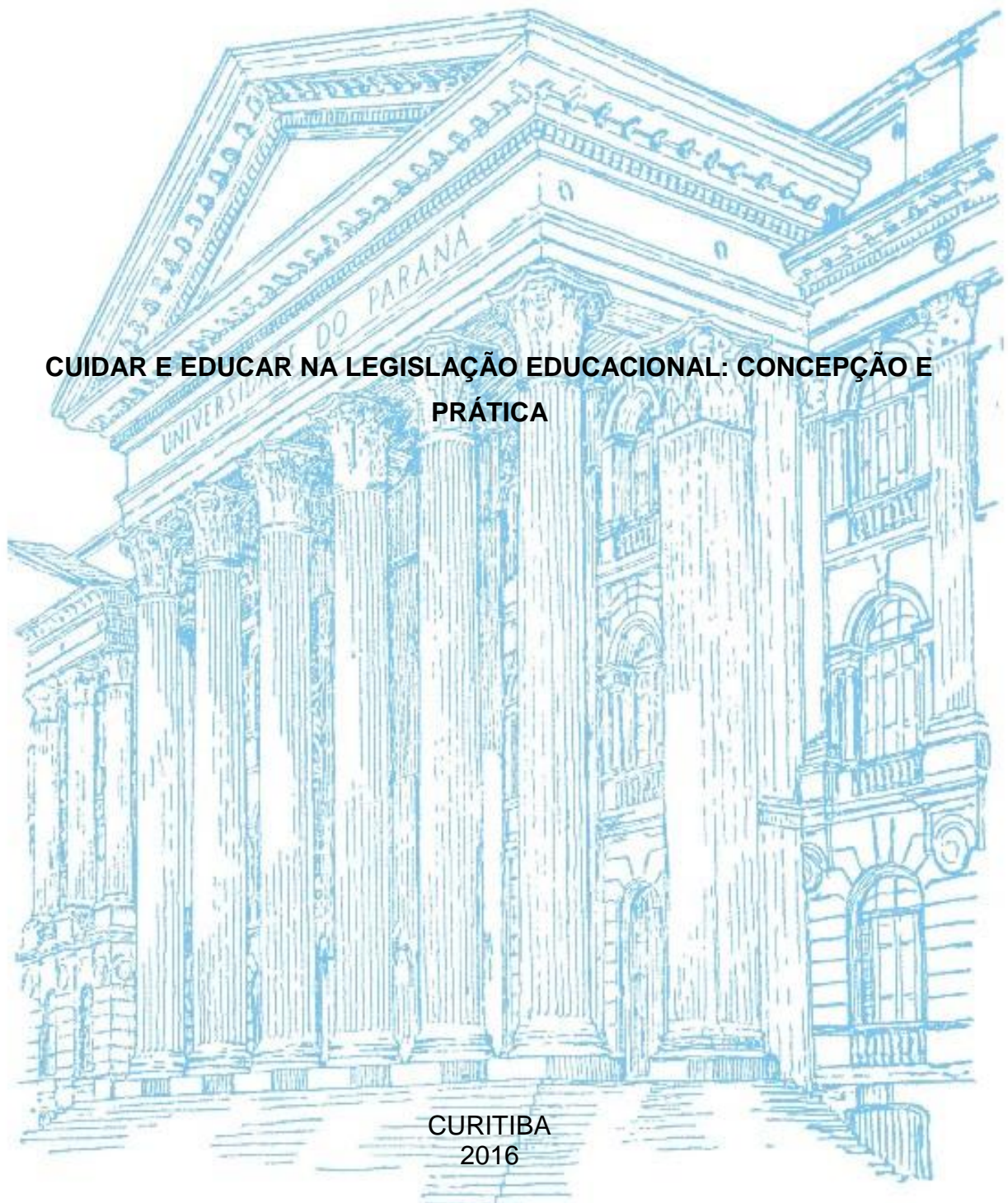
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

SONIA MARA DOS SANTOS CLEMENTE

CUIDAR E EDUCAR NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: CONCEPÇÃO E PRÁTICA

CURITIBA
2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

SONIA MARA DOS SANTOS CLEMENTE



CUIDAR E EDUCAR NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: CONCEPÇÃO E PRÁTICA

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Profa. Mestre Aparecida Barbosa.

CURITIBA
2016

CUIDAR E EDUCAR NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: CONCEPÇÃO E PRÁTICA

Sonia Mara dos Santos Clemente*

RESUMO

Neste artigo discutimos o conceito de cuidar e educar na educação infantil, o percurso histórico na Legislação educacional em sua concepção e prática. Abordamos alguns aspectos relevantes como as Leis de Diretrizes e Bases da Educação desde 1961 á 1996, dentre outras, a formação profissional dos professores da educação infantil, práticas pedagógicas corrente, para tanto foi utilizado pesquisa documental e qualitativa e pesquisa de campo com observação e questionário realizado em uma Escola Municipal do Município de Garuva em Santa Catarina. Nosso intuito é o de debater a concepção e prática na LDB para tanto, nos orientamos através da leitura dos autores: Soares, Schiavon, Lobo, Kramer e Alves e outros relevantes nomes que estudam e debatem a temática

Palavras-chave: Palavras-Chave: Educação Infantil, Legislação, formação profissional.

Abstract

This article discusses the concept of care and education in early childhood education, the historical background in educational legislation in its design and practice. We address some relevant aspects such as the Law of Guidelines and Bases of Education from 1961 to 1996, among others, the training of teachers of early childhood education, current teaching practices, for both was used documentary and qualitative research and field research with observation and questionnaire held in a municipal school in the municipality of Garuva in Santa Catarina. Our aim is to discuss the design and practice in the LDB for both, guide us through the reading of authors: Smith, Schiavon, Wolf, Kramer and Alves and other relevant names that study and discuss the issue

Keywords: Keywords: childhood education, legislation, training.

*Artigo produzido pela aluna Sonia Mara dos Santos Clemente do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Profa. Mestre Aparecida Barbosa.
E-mail:soniam.clemente@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo discute o conceito de cuidar e educar e os avanços neste tema, reconhecendo a educação infantil como primeira etapa da educação básica, necessitando assim de profissionais habilitados ao seu atendimento.

Ao longo da história as crianças de educação infantil eram assistidas por instituições vinculadas a assistência, ou a pessoas que somente gostassem de crianças sem maiores critérios de exigência de formação.

As instituições estavam mais preocupadas com o cuidado, deixando em segundo plano o educar. Portanto o aprimoramento no atendimento integral foi desenvolvido ao longo dos tempos, indicando que houve avanços na legislação onde visa a educação infantil.

Os avanços e suas mudanças de prática nos evidenciaram que não é possível cuidar sem educar, pois a Legislação no Brasil assegura a educação desde o nascimento da criança, e os cuidados específicos em cada faixa etária, a educação infantil é a transição da casa para a escola. A educação infantil, passa a ser considerada um direito da criança. Sua obrigatoriedade somente a partir dos quatro anos, devido as crescentes demandas.

Segundo Referencial Curricular da educação infantil (1998), as funções de maneira integrada, educar e cuidar não é mais diferenciado nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com as crianças pequenas, as novas funções da educação infantil devem estar associadas a padrões de qualidade no desenvolvimento das crianças nos contextos sociais ambientais e culturais nas práticas sociais, na construção de uma identidade autônoma, essas mudanças significativas de uma passagem da visão assistencialista para uma concepção de educação infantil através das mudanças da Lei de Diretrizes Bases.

Analisando a passagem de uma visão assistencialista para uma concepção de educação infantil, como sendo a primeira etapa da Educação Básica, buscando compreender como as educadoras percebem conceito Cuidar e Educar nas práticas que realizam e quais as demandas para a formação destes profissionais. A coleta de dados foi realizadas através pesquisa de observação direta extensiva realizada em uma Escola Municipal do Município de Garuva em Santa Catarina, através de questionário aplicados a professores de educação infantil.

Tendo em vista a situação problema acima referida, objetivamos destacar neste artigo os caminhos percorridos na educação brasileira de educação infantil, práticas pedagógicas, formação profissional e o resultado da pesquisa.

2. OS CAMINHOS À CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E EDUCAÇÃO INFANTIL

As funções da educação infantil no Brasil passou pelo assistencialismo, compensação, preparação para a alfabetização até a formação integral da criança.

No final do século XIX foram criados primeiros asilos e as primeiras creches que funcionava como um depósito de crianças, após preocupações sanitárias e filantrópicas e pela medicina e assistência social voltaram atenção para higiene, alimentação e cuidados físicos, assim criados após este período os Jardins de infância primeiros espaços escolares.

A partir de 1950, aconteceu a entrada das camadas populares na escola, os profissionais para atendimento das crianças foram escolhidos por etapas crianças de 4 e 5 anos profissionais que possuísem o 2º grau, crianças de 0 a 3 anos pessoas sem qualificação profissional apenas bastava gostar de crianças.

Segundo Lobo (2011),

(...) a política assistencialista presente historicamente na dinâmica do atendimento à infância brasileira fez com que a formação e a especialização do profissional na área se tornassem desnecessárias, pois, para tanto, segundo a lógica dessa concepção, bastariam a boa vontade, gostar do que se faz e ter muito amor pelas crianças. (LOBO, 2011, p.141)

Na primeira sanção da Lei 4.024, (1961) da LDB, nos artigos que abrangeram a educação infantil no capítulo VI. No artigo.23, (1961). A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância.

No artigo.24, (1961) as empresas que tenham seus serviços mães de menores de sete anos seriam estimuladas a colocarem por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária.

Após muita luta e reivindicações dos movimentos sociais organizados a conquista foi alcançada como um direito da criança. Nos anos 1970 e 1980 a educação começou a receber atenção especial do poder público.

As crianças brasileiras devem ser matriculadas na educação básica a partir dos quatro anos de idade. Para atender essa obrigatoriedade — a matrícula cabe aos pais e responsáveis — as redes municipais e estaduais de ensino têm até 2016 para se adequar e acolher alunos de 4 a 17 anos. O fornecimento de transporte, alimentação e material didático também será estendido a todas as etapas da educação básica. (<http://portal.mec.gov.br> dia 03 de maio de 2016 às 15h54min.)

Sendo obrigatório o atendimento de crianças a partir dos 4 anos, as crianças de zero a três anos devem ser atendidas em creches.

Segundo a LDB:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 - A educação infantil será oferecida em:

I - creche ou entidades equivalentes, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Denota-se, por conseguinte, que muito além do viés educacional que a creche possui, este instrumento desempenha imprescindível papel assistencial, pois como já dissemos, é uma ferramenta viabilizadora do emprego de muitas pessoas.

Prescreve o art. 208, IV da Constituição da República que:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Lei nº9.394/96).

Em seu Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente.

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.

Quem coordena os programas de educação pré-escolar é a Secretaria de Ensino Básico do Ministério da Educação (MEC).

Segundo Souza e Kramer (1991) enfatizam que muitas crianças neste país não tem acesso às condições mínimas básicas de que necessitam para uma vida saudável, por isso a importância de uma pré-escola que contribua com as propostas educacionais.

A educação infantil deve ser articulada com o Ensino fundamental, mas é um desafio ainda para o Brasil, segundo os estudos realizados por Schiavon (1996), é

possível compreender essa passagem sobre o papel da pré-escola que adota uma perspectiva mais educativa, a autora declara que:

No século XX, a função da pré-escola passa a ter um certo sentido educativo, mas ainda com base compensatória, ou seja, para compensar as deficiências apresentadas pelas crianças pobres. Essa função da pré-escola (compensatória) ganhou estratégia e diretrizes mais delineadas após a II Guerra Mundial fundamentou-se no desenvolvimento infantil e na psicanálise (...). Essa função foi muito criticada nos anos 70, e em 1981 o Programa Nacional de Educação Pré-escolar cria delineamentos que visam promover o desenvolvimento global e harmonioso da criança com objetivos educacionais para pré-escola. (SCHIAVON, 1996, p.4).

Segundo Roberta Bencini da revista nova escola (2005), esta trajetória define o caminho percorrido da educação brasileira em 1930, criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1932 Manifesto dos pioneiros, 1934 educação direito de todos, 1937 impulso na formação do magistério e reorganização escolares.

Em 1938 criação da (UNE) União Nacional dos Estudantes e do (INEP) do Instituto Nacional de Estudos de Pedagogia.

No Brasil a partir de 1970, houve uma crescente urbanização, participação e inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, luta dos movimentos sociais.

Embora a educação infantil no Brasil não tenha muito tempo, o seu maior desenvolvimento ocorreu em 1971, (LDB nº5.692), que determinava que as crianças menores de sete anos deveriam receber educação em escolas maternas e jardins de infância.

Lei 5692/71 recomenda cuidados e atenção com esta fase da educação, porém, de forma extremamente tímida, instruindo as entidades educacionais para que “velassem”, a fim de que as crianças com idade inferior a sete anos recebessem “conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes.” (cf. art. 19, § 2º, Lei 5692/71).

O fato de que a educação infantil ser um direito do cidadão ela foi elaborada para atender as demandas de famílias carentes, por muitos anos somente crianças de famílias ricas tinham acesso a educação, famílias com baixos ganhos não teriam recursos suficientes para atender os cuidados necessários com os filhos menores.

Portanto os programas governamentais buscaram enfatizar a importância da educação infantil, e seus reflexos para combater a desigualdade social.

Na década de 1920, passava-se á defesa da democratização do ensino, educação significava possibilidade de ascensão social e era defendida como direito de todas as crianças, consideradas como iguais" (KRAMER, 1995, p. 55)

No final de 1990, á Educação infantil se mostra presente na maioria dos municípios brasileiros, e de lá para cá, tem conquistado cada vez mais o cenário educacional de nosso país. No artigo.29 está bem especificado como é importante a educação infantil para os aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social para as crianças, no artigo.31 de como deve ser organizada o currículo educacional para este nível de ensino.

3 CUIDAR E EDUCAR NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A Constituição brasileira de 1988, apontou mudanças na educação infantil, tal concepção de infância considera a criança como um ser histórico e social, sujeito de direitos, diferentemente e contrária da educação compensatória que confere á educação infantil um papel assistencialista somente de cuidar e demonstrando que educar é necessário.

“Educar significa, portanto, proporcionar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relações interpessoais, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos amplos da realidade social e cultural”. (BRASIL, 1998b,p.23)

As aprendizagens orientadas de forma integrada cuidar e educar a contribuir com o desenvolvimento das capacidades infantis.

Cuidar e educar envolve estudo, tornando uma parceria de todos, para o bem-estar do educando com dedicação, cooperação, cumplicidade amor entre os envolvidos no processo.

Segundo Signorette:

O mais importante, no cuidado humano, é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar, significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio, que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos (SIGNORETTE, apud FOREST, WEISS, 2003 P.4).

O educar é fundamental, ao sistematizar temas e vivência das crianças no seu dia a dia a escola cumpre essa função.

As ações de cuidado são vista como uma perceptiva inversa, quando trabalhados juntos, ambas unidas se contextualizam.

O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseadas em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em conta diferentes realidades sócio-culturais (BRASIL, 1998, p. 25).

O cuidado implica em cuidar do outro em todos os aspectos, para Montenegro (2001), o significado de cuidado é desenvolver a concepção de um programa de formação aos educadores.

Pensar sobre o cuidado é entender o cuidar como significado emocional, exigindo do profissional habilidade para relações interpessoais.

Segundo Montenegro (2001), o conceito de cuidado desta abordagem está carregado de emoções interligada a saúde, vida e crescimento na prática do professor, possuindo habilidades um tanto técnicas para lidar com relações interpessoais.

No entanto, se o cuidado está presente nas relações estabelecidas em todas as profissões que envolvem a relação entre as pessoas em que a saúde, a vida ou o crescimento do outro dependem dessa relação à educação infantil constitui um campo de paradigmático para esse estudo, pelo caráter ampliado das polarizações entre o campo da afetividade e da racionalidade. (MONTENEGRO, 2001, p.82)

Contudo ainda existe uma visão assistencialista da educação infantil, estabelecendo uma hierarquização de quem educa e quem cuida, atividades

pedagógica são desenvolvidas por professores, quem alimenta e troca e feita por outros profissionais.

Ao refletirmos sobre quais atitudes do professor que se propõe a cuidar educar, pensando em uma ação moral reflete o caráter pessoal na resolução dos chamados conflitos morais, não restringindo a uma ação de justiça.

[...] Assim educar não é um procedimento pelo qual se instrui as crianças para que reproduzam determinados conhecimentos, mas, sim, pôr a criança em contato com a cultura a que pertence, atribuindo à linguagem um papel importante no que diz respeito à transmissão do conhecimento, sendo por intermédio dela que se pode entrar em contato com toda a cultura acumulada por gerações passadas. (Rech, 2005, p.100)

Sabemos que a escola é um reflexo da sociedade, por este motivo os pequenos expressam gestos palavras e comportamento de acordo com o meio em que vivem, cabendo ao educador não julgar os comportamentos, mas auxiliar as crianças a identificar suas próprias atitudes, construindo ações autônomas.

Para Kamii e Devries (1986) a essência da autonomia é que a criança torne-se aptas a tomar decisões por si mesmas levando em consideração a fatores relevantes para agir da melhor forma para todos.

Neste sentido cabe ao professor proporcionar as interações com os outros, com os objetos e espaço, considerando o desenvolvimento da cooperação e da superação estimulando a independência e tomada de decisão das escolhas.

De acordo com RCNEI (1998), cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver as capacidades, e o cuidado é o ato em relação ao outros e a si próprio.

Para Alves (2004), a primeira função da educação é ensinar a ver, a visão do autor sobre o novo tipo do professor é aquele que nada teria a ensinar, mas se dedicaria a apontar os assombros que crescem nos desvãos da banalidade cotidiana.

Segundo Alves (2004), caberia ao professor saber que toda criança que entra na educação infantil está curiosa em querer conhecer o novo, o diferente e sente a necessidade de expressar-se, pensando nisso criar espaços para demonstrar suas emoções e sentimentos, desenvolver habilidades de tocar, sentir, ouvir, falar movimentar-se é essencial.

Segundo Kramer (1994), cabe ao profissional partir a mudança de garantia e qualidade da educação.

Garantir educação de qualidade para todas as crianças de 0 a 6 anos, considerando sua heterogeneidade das populações infantis e dos adultos que com elas trabalham, exige decisão política e exige, também, condições que viabilizem produção de conhecimentos, concepção, implantação e avaliação de múltiplas estratégias curriculares para as creches e pré-escolas e para a formação – de seus profissionais (KRAMER, 1994, p. 20).

E estas tais mudanças partem da valorização do saber produzido na prática e na análise crítica da situação.

(...) as práticas concretas feitas nas creches, pré-escolas. Em escolas, e aquilo que sobre elas falam seus profissionais são o ponto de partida para as mudanças que se pretende implementar.(...) É fundamental valorizar o saber produzido na prática, sem abrir mão de fazer análise crítica da situação específica e do contexto mais amplo, das políticas e dos movimentos sociais que tanto nos ensinam.(KRAMER, apud ROCA, 2006, p. 7)

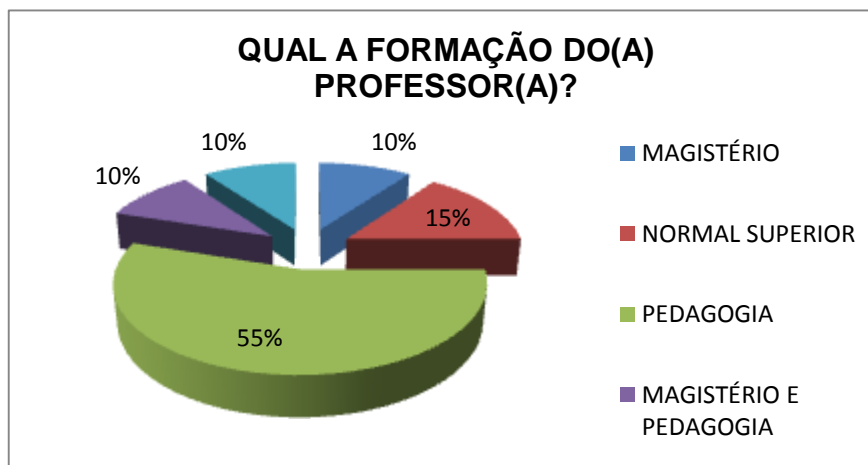
4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO UNIVERSO PESQUISADO

Participaram do estudo 20 professores da educação infantil, professores que atendem crianças de 4 á 5 anos. Utilizamos questionários aplicados aos professores como instrumento para coleta de dados. Dos professores pesquisados 60% estão na faixa de tantos 30 anos há 50 anos, e possuem mais de 5 anos de atuação na educação infantil.

4.1 Apresentação, Discussão e Análise dos Dados

Gráfico. 01 - Formação profissional.

Formação profissional.



Fonte: dados coletados na pesquisa

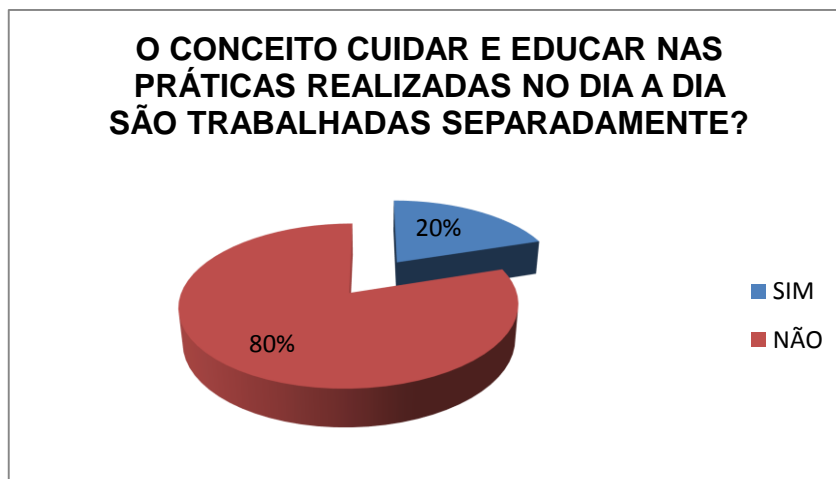
Conforme dados apresentados no gráfico acima demonstra que dos 55% dos profissionais de educação entrevistados possuem pedagogia. No total, 90% possuem curso superior.

De acordo LDB. Lei ° 12.796, de 4 de abril de 2013.

“Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal.

(www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm, 23 de agosto 2016 as 8h37min)

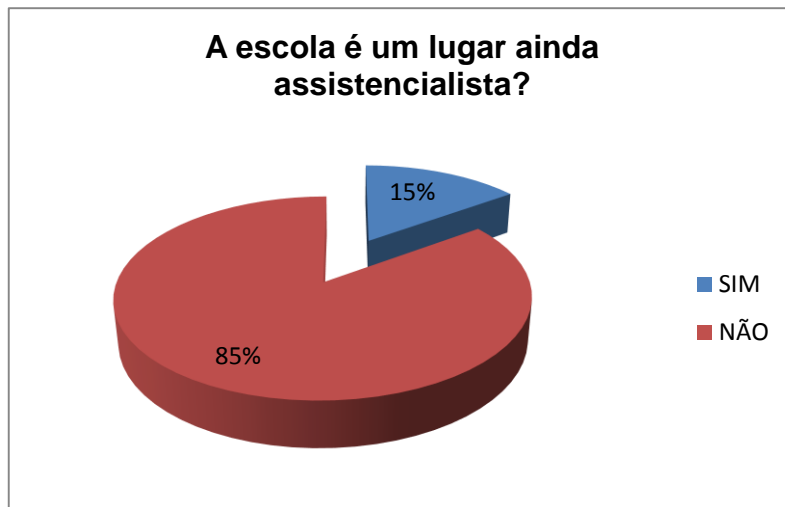
Gráfico. 02 - As práticas que são realizada no dia a dia escolar observa-se o cuidar e educar.



Fonte: dados coletados na pesquisa

Conforme os dados cuidar e educar não são trabalhados separadamente elas se interligam para 80% dos profissionais, mas para 20% se trabalha separadamente, portanto significa, que ainda há insuficiências na efetivação deste conceito.

Gráfico. 03 Escola como um lugar assistencialista.



Fonte: dados coletados na pesquisa

Conforme os dados a maioria dos profissionais, confirmaram que a escola não posiciona-se mais como um lugar assistencialista na sociedade no atendimento a criança, levando em consideração as escolhas da demanda e obrigatoriedade da educação infantil a partir dos 4 anos de uma forma integral. A educação infantil acaba tendo duas funções importantes pedagógicas e sócio-política, trazendo desenvolvimento integral das crianças superando a visão assistencialista.

Portanto há sempre uma intencionalidade nas ações a serem desenvolvidas na escola, toda a rotina escolar tem uma intencionalidade em todo o atendimento a criança, na alimentação, recreação, higiene se trabalha conteúdos. Isto demonstra preocupação em aliar o cuidar e o educar e a apropriação deste conceito nas práticas desenvolvidas.

O resultado do questionário demonstra que os profissionais e as instituições buscam a melhoria do atendimento da educação infantil, que educar e cuidar não há como separar no atendimento há criança.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na LDB a parte reservada a educação infantil é certamente pequena, dos artigos 29 a 31, mas mostrou-se avanços significativos definida como primeira etapa da educação básica, é articulada para atender a criança no seu

desenvolvimento integral, ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos em creches e de 4 a 5 anos em pré-escola.

Embora pequena, os avanços são substancial, pois coloca como primeira etapa da educação básica, portando obrigatória a oferta a partir dos 4 anos, e a exigência da formação inicial para os profissionais, condições estas superando a visão assistencialista, pois indica que trata a educação infantil como um direito a todas as crianças e não apenas para filhos de pais trabalhadores.

Para autores como Kramer (1994), Alves (2004), para Alves, a primeira função da educação é ensinar a ver, é o professor não ensina nada só cria os espaços para o desenvolvimento das emoções, sentimentos e desenvolvimento habilidades de tocar, sentir, ouvir, falar movimentar-se é essencial.

Segundo Kramer (1994), cabe ao profissional partir a mudança de garantia e qualidade da educação, considerando a heterogeneidade das populações infantis e dos alunos com elas trabalham, exigindo uma decisão política na viabilização do conhecimento, implantação e avaliação múltipla de estratégias curriculares, que não é apenas do professor a responsabilidade da criação de rotina, criando rupturas com o cunho assistencialista, compensatório.

Ao estimular as crianças na tomada de decisão de suas escolhas, na intencionalidade das atividades rotineiras escolar, proporcionando interações e independência e autonomia, já é uma proposta de educar e cuidar, que estão interligados.

Podemos observar no resultado da pesquisa que a maioria dos profissionais são pedagogos formados, profissionais preparados para o atendimento a criança e sabem qual a importância de sua formação, mas ainda há insuficiências na efetivação deste conceito, pois 20% dos profissionais não observam que os conceitos de cuidar e educar se interligam, para o atendimento integral da criança funções como sócio habilidade, a cidadania a partir de regras, diálogo aspectos da democracia.

Portanto há sempre uma intencionalidade nas ações a serem desenvolvidas na escola, toda a rotina escolar tem uma intencionalidade em todo o atendimento a criança, na alimentação, recreação, higiene se trabalha conteúdos. Isto demonstra preocupação em aliar o cuidar e o educar e a apropriação deste conceito nas práticas desenvolvidas, quebrando a visão assistencialista no atendimento da educação infantil assumindo uma visão integral.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais: Educação Básica.** Brasília-DF, 2006.
- BASSEDAS, E.; HUGUET, T.; SOLÉ, I. **Aprender e ensina na educação infantil.** Porto Alegre, Artmed, 1999.
- FARIA, Vitória Líbia Barreto de; DIAS, Fátima Regina Teixeira de Salles. **Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica.** São Paulo: Scipione, 2007.
- MACHADO, M.L.A. **Pré-escola não é escola: a busca de um caminho.** Rio de Janeiro Paz e terra, 1991.
- KRAMER. S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** Rio de Janeiro: Achime, 1995.
- KUHLMANN, Jr. M. . **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre, Mediação, 1998.
- SACHIAVON, L.M.A. **A ginástica artista como conteúdo da Educação Física Infantil.** 1996, Monografia de Curso de Educação Física – Faculdades de Educação Física, Unicamp, Campinas, 1996.
- SIGNORETTE, A. E. R. S. *et al.* **Educação e cuidado: dimensões afetiva e biológica constituem o binômio de atendimento.** Revista do Professor. Porto Alegre, n. 72, p. 5-8,out./dez. 2002.
- SOUZA, S.J.;KRAMER, S. **Educação ou tutela? A criança de 0 a 6 anos.** São Paulo. Editora Loyola, 1991.
- PORTELA, F. O. ; FRANCESCHINI, I.S. **Família e aprendizagem: uma relação necessária.** Rio de Janeiro: Wak, 2008.
- Sites:
- <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02> dia 03 de maio de 2016, às 19h39min.
- <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/carreira/memoria-viva-educacao-425823.shtml>, dia 03 de maio de 2016, às 20h07min.
- http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0039_2002.pdf, dia 03 de maio de 2016, às 20h30min.
- <http://www.cpt.com.br/ldb/da-educacao-infantil>, dia 04 de maio de 2016, as 20h21min.
- <http://www.uff.br/revistaleph/pdf/art8.pdf> dia 15 de agosto de 2016 às 13h30m

<https://translate.google.com.br/> dia 23 de agosto de 2013 às 8h04min.

